

Caminhoneiros aguardam assembleia para decidir paralisação

Mobilização ocorre por alta do diesel e descumprimento do frete mínimo

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística (CNTTL) anunciou que irá aguardar a decisão da Assembleia Nacional dos Caminhoneiros, que começou na quarta-feira(18) e deve terminar nesta quinta-feira(19) no Porto de Santos, antes de qualquer definição sobre uma paralisação. Em comunicado oficial, a entidade reafirmou que respeitará a decisão coletiva da categoria, permanecendo em “estado de greve” até que a assembleia decida oficialmente. O tema principal que move a mobilização é a alta persistente do preço do diesel, combustível essencial para o transporte rodoviário de cargas. Nos últimos meses, o combustível sofreu reajustes consideráveis, influenciados pelo mercado internacional de petróleo e fatores geopolíticos, como a guerra no Oriente Médio, por exemplo. Esses aumentos elevam os custos de operação de caminhoneiros autônomos e pequenas transportadoras, pressionando margens já estreitas e aumentando a insatisfação da categoria.

Outro ponto de tensão é o descumprimento da tabela do “piso mínimo do frete”, criada após a greve histórica de 2018, com o objetivo de garantir que os valores pagos cubram custos básicos como combustível, manutenção e depreciação dos veículos. Caminhoneiros afirmam que muitas transportadoras e contratantes não seguem integralmente os valores mínimos, ampliando prejuízos frente à escalada do diesel. O setor é historicamente fragmentado. Formado por motoristas autônomos, cooperativas e diversas entidades regionais, não existe uma liderança centralizada que represente toda a categoria. Embora organizações como a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) tenham influência em determinadas bases, nenhum grupo tem autoridade para decidir unilateralmente sobre uma paralisação nacional. Por isso, a assembleia no Porto de Santos ganha importância estratégica, funcionando como espaço de deliberação coletiva.



Greve de 2018 durou 11 dias e provocou desabastecimento de combustíveis e alimentos

Segundo levantamentos do setor, o Brasil possui mais de 1,5 milhão de caminhões registrados e cerca de 1,2 milhão de motoristas ativos no transporte rodoviário de cargas. Considerando todos os profissionais habilitados com CNH C, D ou E, o total chega a aproximadamente 4,4 milhões, embora nem todos estejam em atividade na profissão. Nos últimos dez anos, o número de caminhoneiros ativos caiu cerca de 22%, refletindo o envelhecimento da categoria e a crescente insatisfação com a profissão.

Governo Federal tenta barrar greve

Diante desse cenário, o Governo Federal anunciou e tentou implementar diversas medidas emergenciais para reduzir o risco de paralisação. Entre elas está a fiscalização reforçada da tabela do frete mínimo (intensificação

da atuação de órgãos competentes para coibir contratações abaixo do piso e aplicar multas ou suspender empresas infratoras), o monitoramento do transporte de cargas (ampliação de sistemas eletrônicos e de fiscalização de campo para garantir o cumprimento das regras), a redução temporária de tributos federais sobre o diesel (suspensão parcial do PIS e Cofins, com o objetivo de reduzir o preço do combustível e aliviar os custos da categoria), a articulação com estados para reduzir ICMS sobre o diesel (negociações visando compensar a perda de arrecadação e permitir uma diminuição do preço final do combustível) e a criação de canais de diálogo direto com sindicatos e associações (aproximação de representantes regionais para reduzir o risco de uma mobilização nacional descoordenada).

Apesar dessas ações, a decisão final sobre uma possível greve dependerá da votação entre os caminhoneiros durante a assembleia em Santos. Caso a maioria aprove um indicativo de paralisação, a categoria poderá cruzar os braços nos próximos dias, afetando trechos estratégicos de rodovias federais e estaduais e causando impactos na circulação de cargas essenciais.

Greve de 2018

A greve dos caminhoneiros de 2018 durou 11 dias, de 21 a 31 de maio, e provocou desabastecimento de combustíveis, alimentos e interrupções em serviços essenciais em todo o país.

Existia a expectativa para uma decisão sobre a greve, ou não, para quarta-feira(18). Porém, parte da categoria decidiu aguardar o resultado da assembleia em Santos.

Juros do empréstimo consignado variam até 100% entre bancos, aponta Procon-SP

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Levantamento do Procon-SP identificou uma diferença superior a 100% nas taxas de juros cobradas em contratos do Programa Crédito do Trabalhador e no empréstimo consignado destinados a funcionários de empresas privadas. A pesquisa quadrimestral, divulgada em março, analisou seis das principais instituições financeiras que atuam no Estado de São Paulo.

O empréstimo consignado é uma modalidade de crédito em que as parcelas são descontadas diretamente do salário ou benefício do contratante. Criado inicialmente para servidores públicos, devido à maior estabilidade de renda, o modelo foi ampliado nos últimos anos para aposentados do INSS e trabalhadores da iniciativa privada, o que ajuda a

explicar diferenças nas taxas cobradas entre os perfis de clientes.

De acordo com o Procon-SP, nos contratos do Crédito do Trabalhador com prazo de 12 meses, a menor taxa encontrada foi de 3,19% ao mês, enquanto a maior chegou a 6,61% mensais. A variação demonstra que o custo do crédito pode mudar conforme o banco escolhido. No consignado voltado a trabalhadores da iniciativa privada, o cenário é semelhante. Para contratos de 12 meses, os juros variaram entre 3,19% e 7,11% ao mês. Já nos contratos com prazo de 48 meses, as taxas oscilaram entre 3,19% e 6,91% mensais, mantendo diferença superior a 100% entre as instituições analisadas. O levantamento avaliou contratos de consignado com prazos de 12 e 48 meses nas



Cinco de cada 10 aposentados precisaram do consignado

modalidades destinadas a servidores públicos estaduais, municipais e federais, aposentados do INSS, funcionários de empresas privadas e participantes do Programa Crédito do Trabalhador.

As taxas consideradas foram as praticadas em 10 de fevereiro. Nos contratos de 12 meses, a menor taxa média foi observada para aposentados do INSS e servidores públicos federais, ambas

em 1,84% ao mês. A maior média ficou com trabalhadores de empresas privadas, em 5,23% mensais. Já nos contratos de 48 meses, a taxa média mais baixa foi a dos servidores federais, de 1,78% ao mês, enquanto a mais elevada novamente apareceu entre funcionários da iniciativa privada, com média de 4,85%. Na comparação com outubro de 2025, houve aumento das taxas médias para trabalhadores do setor privado e no Crédito do Trabalhador, enquanto servidores federais e estaduais registraram leve queda. As taxas para aposentados do INSS permaneceram estáveis.

O Procon-SP pede que os consumidores pesquisem condições entre bancos, utilize canais oficiais e desconfie de ofertas por telefone ou redes sociais.